

Violência política e cisão no PRR de São Borja

Political violence and rupture in the PRR of São Borja, RS, Brazil

Eliane Lucia Colussi¹

colussi@upf.br

Resumo. Analisar aspectos da história do Rio Grande do Sul a partir da perspectiva do uso de práticas de violência política, especialmente no período da república velha. O foco principal de estudo são as cisões ocorridas no Partido Republicano Rio-grandense – PRR – e a violência como recurso para se obter o controle político no PRR do município de São Borja.

Palavras-chave: violência política, coronelismo, PRR.

Abstract. This article aims at analyzing the aspects of political history in Rio Grande do Sul, from the perspective of the practices of political violence, especially in the old republic period. The main focus is the ruptures that took place in the Partido Republicano Rio-grandense – PRR (Republican Party of Rio Grande do Sul), and the use of violence as a mean to obtain political control of the PRR in the municipality of São Borja.

Key words: political violence, political oppression, PRR.

¹ Professora do Curso de História da Universidade de Passo Fundo. Doutora em História.

O quadro político em São Borja no período republicano

O município de São Borja traz em torno de si um forte componente de virilidade e de força política, baseado, muitas vezes em características, reais ou imaginárias, da violência como prática cultural inerente a regiões de fronteira. Acrescente-se a isso, o fato de serem nascidos nessa importante cidade políticos que se projetaram nas esferas da política estadual e nacional. A historiografia gaúcha ainda não estudou de maneira mais

definitiva muitas das questões referentes a essas características, tampouco a história política do Rio Grande do Sul segundo o viés das relações de poder e da atuação do PRR nas diferentes realidades históricas municipais².

Nessa perspectiva, Loiva Otero Félix é uma importante referência nos estudos da história política a partir da problemática das diferentes articulações definidoras das relações de poder durante a República Velha gaúcha. Seu enfoque baseou-se nas relações de poder entre Borges de Medeiros, o Estado positivista e suas articulações e alianças com os poderes políticos locais³. A historiadora constatou e

² Gunter Axt apresenta uma importante retrospectiva historiográfica sobre esse período no âmbito da história política, especialmente sobre o PRR e o Estado positivista (Ver Axt, 2005).

³ No prefácio, a autora faz um balanço historiográfico, relacionando um conjunto de estudos realizados sobre o coronelismo gaúcho a partir da sua tese publicada em 1987 (Feliz, 1996, p. 9-21).

comprovou com uma vasta documentação empírica a existência de relações coronelistas no Rio Grande do Sul, estudando especialmente o norte do estado. Dessa forma, indiretamente, tratou de evidenciar os instrumentos e mecanismos de manutenção no poder a sua interface com o uso da violência política (Félix, 1996).

Para que se introduza o complexo quadro político de São Borja tornam-se fundamentais algumas informações mais amplas. Nesse sentido, acredita-se que o PRR “era violentamente cindido por facções intestinas, em torno das quais se organizavam redes de compromissos coronelistas” (Axt, 2005, p. 128). Borges de Medeiros controlava essa rede por meio de uma hábil prática de manipulação, lançando mão da intervenção nos municípios sempre que necessário. As cisões internas no partido foram permanentes durante o período em questão. Para efeito deste estudo, elegeu-se a periodização proposta por Gunter Axt, que identificou, entre outras fases, duas que nos interessam diretamente: o período de construção da hegemonia borgiana, entre os anos de 1908 e 1913, e o da sua consolidação, entre 1913 e 1920 (Axt, 2005, p. 124).

Foi no período de 1908 a 1913 que Borges de Medeiros dedicou-se à direção partidária e construiu uma rede de compromissos e lealdades no interior do Rio Grande do Sul⁴. Uma das práticas políticas que se revelaram mais eficazes para o controle dos poderes locais pelo PRR, e, portanto, do próprio Borges de Medeiros, foi a intervenção nos processos eleitorais dos municípios do interior do estado. Entre os anos de 1903 e 1908, ocorreram inúmeras substituições de comandos políticos no interior. Segundo Axt, “tradicionalistas castilhistas foram hostilizados e substituídos por facções políticas adversárias em diversas cidades” (Axt, 2005, p. 124).

Assim, quando Borges reassumiu o governo do estado a partir de 1913, já estava consolidado o controle do partido por meio de uma rede de compromissos espalhados pelos municípios. Nesses, o clima político mantinha-se, na maior parte do tempo, tenso, ocorrendo desordens públicas, violências e arbitrariedades. Mais do que isso, freqüentemente, constatava-se a ação de capangas armados que aterrorizavam os inimigos políticos, sendo utilizados para a coerção em épocas eleitorais ou para eliminação dos desafetos de algum coronel.

Um dos aspectos importantes para a análise desse contexto diz respeito à importância dada ao controle dos cargos públicos/políticos em nível municipal por uma ou outra facção política. Controlar os cargos significava influenciar e dispor de fatias do eleitorado ou de troca de

favores. Nesse quadro, informações coletadas por Joseph Love são significativas do que ocorria nos municípios: entre os anos de 1913 e 1927, o governo do estado recebeu 69 relatórios relativos a ocorrências de fraude eleitoral e violência política em municípios gaúchos. O autor constatou que cerca de três quartos dos incidentes envolviam a violência ou a intimidação física. A maioria dos casos, cerca de 80%, era de fraude nas eleições ou em registro de eleitores. Interessante é que, dos 69 incidentes, 60 foram de iniciativa do PRR e o restante, da oposição. O mais importante para nosso caso foi que “39% dos 69 casos podem ser identificados como resultantes de lutas interpartidárias entre coronéis republicanos rivais” (Love, 1975, p. 140).

Tendo em vista essas constatações, o presente artigo tem por objetivo analisar o caso de São Borja como sendo exemplar das lutas interpartidárias republicanas no período de 1907 a 1920. Assim, violência e política serão focalizadas como parte integrante das relações de poder que perpassavam as esferas institucionais, não institucionais e até mesmo culturais. No caso de São Borja, deve-se considerar que a cidade faz fronteira com a Argentina, especificamente com a cidade de Santo Tomé, província de Corrientes.

As rivalidades republicanas no município

Em relação ao contexto histórico de São Borja, tomam-se como pontos de partida a proclamação da República e a transferência do poder local das mãos do grupo representado pelo estancieiro Serafin Dornelles, líder do Partido Liberal na região, para o controle do então capitão Manoel Nascimento Vargas, presidente local do Partido Republicano. Manoel Vargas casou-se com Cândida Dornelles⁵, filha de Serafin, rivalizando por muitos anos com seu cunhado, Dinarte Dornelles, chefe do Partido Federalista (Araújo, 1985, p. 5).

Independentemente das questões em torno das disputas entre republicanos e federalistas, outra *querela* ganhou força e mobilizou as autoridades políticas estaduais e locais no sentido da diminuição dos atritos políticos em São Borja. Tratava-se da cisão do PRR municipal entre duas facções inimigas: uma liderada por Júlio Trois, Francisco Rodrigues Lima e Manuel do Nascimento Vargas e, a outra, que tinha a sua frente Apparicio Mariense e a família Escobar. Nos primeiros anos republicanos, o poder foi se alternando nas mãos dos dois grupos. A conjuntura política

⁴ Em 1907 ocorreu a sucessão presidencial do estado: depois de “consultar as chefias municipais, Borges de Medeiros proclamou, pela *A Federação*, a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves” para presidente do Estado. Como candidato de oposição, “vindo das próprias fileiras do castilhismo foi lançado Fernando Abbott. Carlos Barbosa venceu as eleições com grande margem, tendo sido empossado em janeiro de 1908 e permanecendo no cargo até a eleição e posse de Borges de Medeiros em janeiro de 1913” (Ferreira Filho, 1978, p. 195-198).

⁵ Do casamento nasceram cinco filhos homens: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim.

de maior gravidade nas relações internas do partido estendeu-se entre os anos 1907 e 1916.

O ponto de partida deste estudo de caso foi a deposição, em 1907, do coronel Apparício Mariense da Silva do comando político de São Borja, o qual exercia, naquele momento, os cargos de intendente municipal e chefe do PRR. Como parte da política borgista de estabelecer sua hegemonia a partir da formação de uma rede de compromissos com os coronéis municipais permitiu-se a substituição desse grupo por integrantes da facção liderada por Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois. Dessa forma, em 1908 assumiu a direção política do município de São Borja o general Manoel do Nascimento Vargas. Desse quadro de alternância no poder dentro do PRR, fica evidenciado aquilo que Loiva Félix explicita quando afirma que Borges de Medeiros desenvolvia uma deliberada política de fomento às dissidências locais, colocando-se acima delas e, assim, reafirmando seu poder. Por isso, muitas vezes designava o delegado de polícia de uma facção e o intendente municipal de outra (Félix, 1996, p. 145).

No contexto em questão, a presidência do partido foi assumida pelo filho mais velho de Manuel Vargas. Viriato Vargas já era conhecido pelas suas “façanhas”, que envolviam o uso de violência, denúncias de crimes de diferentes origens, desde o famoso episódio de Ouro Preto⁶. A ascensão do filho *truculento* do general Vargas à direção política de São Borja reavivou as velhas disputas políticas no interior do PRR local. Além disso, nesse mesmo período, da ascensão dos Vargas ao poder local, outro episódio desgastou a imagem da família: Getúlio, o filho advogado que fora eleito deputado da Assembléia dos Representantes, em 1909, renunciou ao mandato no início da sua segunda legislatura, em 03 de outubro de 1913.

Vários foram os motivos divulgados para tal decisão política. Contudo, pairam dúvidas sobre a real motivação e de que forma tal decisão impactou o futuro presidente do Brasil. Nas correspondências trocadas com os mais íntimos, percebe-se que Getúlio sofreu e guardou ressentimentos do episódio no âmbito pessoal⁷. Em carta de Firmino Paim, Getúlio Vargas, ao ser convidado para visitá-lo em Porto Alegre, respondeu ao amigo revelando seus sentimentos mais profundos:

Por muita vontade que eu tenho de rever a vida de Porto Alegre, de abraçar a ti e alguns poucos amigos, não pretendo voltar outra vez aí na atitude de pedinte. Sinto que

regressei daí politicamente humilhado e diminuído. Durante a minha ausência fui atacado de forma marcante por um miserável degenerado. [...] Eu não quero ver esse elemento leal e digno (o PRR) cair nas mãos de aventureiros impelidos pelo ódio, pelo desejo de vingança, por vaidade e principalmente por ambição pessoal de mando. Auxílio no mais no que me é possível. Temos elementos mais que suficiente para disputar uma eleição. Trabalharei até lá para a colocação de um candidato digno sob todos os pontos de vistas. Depois disto me retirarei da atividade política onde nada mais pretendo, nem espero⁸.

Assim, o ano de 1913 foi, para os Vargas, um tempo de enfrentamentos e de contestações ao seu *status* de poder local: além da renúncia de Getúlio, a abertura de um inquérito policial implicava Viriato numa situação extremamente polêmica e delicada (Cony, 2004, p. 55-57). Haviam sido denunciados inúmeros crimes e irregularidades supostamente cometidos por Viriato ou a seu mando. O autor das denúncias era o médico Benjamin Torres, antigo aliado e protegido político da família Vargas, que, ao romper com eles, aliou-se aos republicanos inimigos do general Vargas, Apparício Mariense e família Escobar. Em virtude da provável confirmação de parte das denúncias decorrentes das investigações policiais, os Vargas ficaram momentaneamente acuados, mas não menos violentos.

O PRR local sofria um desgaste grande à medida que cresciam as animosidades e corria-se o risco de perda do controle. Nesse momento, a autoridade partidária estadual optou por uma forte intervenção na esfera política local tentando diluir o clima de violência que se generalizava. Obviamente, houve pressão dos dois grupos para serem indicados nos principais postos do poder municipal. Borges de Medeiros, sensibilizado pelo desgaste pessoal e político de Viriato Vargas, acabou por negociar sua deposição e encaminhou o quadro de sucessão segundo seus interesses, confirmando sua capacidade de controlar as redes de poder mesmo quando, porventura, se desenhava um quadro de rivalidades interpartidárias.

Violência e cisão política no PRR

Tendo em vista a situação descrita, Viriato foi obrigado a afastar-se dos cargos de intendente e chefe do PRR de São Borja, em 1913. Mesmo que tal situação se colocasse como irreversível, ele não se mostrava convencido dos argumentos

⁶ Sobre esse episódio existem inúmeras versões. Para este estudo, optou-se por uma versão menos polêmica, que é a que informa que os três filhos mais velhos do general Vargas estudavam em Ouro Preto, Minas Gerais, quando “numa briga de rua, Viriato, que estava acompanhado de Protásio e de dois amigos gaúchos, matou a tiros um jovem paulista de família tradicional, Carlos de Almeida Prado” (Fausto, 2006, p. 23).

⁷ Segundo Boris Fausto (2006, p. 27), Getúlio Vargas “renunciou em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira”.

⁸ Correspondência FGV - GV c 1914.11.16. Data 16./11/1914. Carta Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas, relatando conversa mantida com Protásio Vargas sobre campanha movida contra a chefia política de Manuel Nascimento Vargas. Anexa está a resposta de Getúlio Vargas. Porto Alegre.

e decisões em instâncias superiores e, em telegrama enviado ao irmão, Getúlio, pronunciou-se da seguinte forma:

Pedi inquérito presidente não uma devassa. Provada minha inocência renunciarei, pois um homem de bem que por mera dedicação ocupa um lugar sacrifícios não pode por esse mesmo motivo estar constantemente exposto vexames, devassas devido a acusações. Mera vingança aparece. Sabes que desgostoso como fiquei com negra ingratidão ambicioso Benjamim só tu tens conseguido me manter direção da política pois mais de uma vez tenho querido abandonar. Nada aspiro e nada tenho. Abraços. Viriato⁹.

Tal manifestação, especialmente no que tange à afirmativa de que “nada aspiro e nada tenho”, estaria muito longe das verdadeiras intenções da família Vargas. Tanto isso é verdadeiro que, assim que se confirmou a notícia da renúncia de Viriato Vargas, o general Manuel tratou de sair em defesa do filho, divulgando um “Esclarecimento ao Eleitorado”, datado de janeiro de 1914. No documento, a versão que predomina sobre a explicação da saída do filho do comando político local seria “não só a sua saúde combalida e necessitando de repouso, como também o desejo de que a sua pessoa não fosse estorvo a qualquer tentativa de conciliação com os adversários de véspera”. O mesmo texto afirma que o governo do estado fora francamente favorável a Viriato no inquérito policial originado das denúncias de Benjamin Torres. Dessa forma, a sua renúncia “só é abonatório de sua conduta, colocando os interesses do partido acima de interesses estritamente pessoais”¹⁰.

Evidentemente, a posição de Borges de Medeiros não foi exatamente a descrita acima por Manuel Vargas. Contudo, nessa situação polêmica, e de acordo com as práticas políticas de ampliação da influência de Borges de Medeiros no nível do poder local, foi sugerido que o próprio Manuel Vargas assumisse o cargo no lugar do filho. Apesar dos empecilhos legais¹¹, a solução encontrada para evitar que a facção adversária influenciasse por demais o futuro político dos republicanos em São Borja fez com que próprio Manoel fosse indicado como chefe do partido no município. Para a Intendência Municipal o nome confirmado foi o do coronel Garcia da Rosa. Entretanto, desde o primeiro momento, Manuel Vargas estabeleceu negociações com as autoridades

estaduais sobre o preenchimento das vagas em cargos públicos no município. Era evidente que, para manter-se no comando, precisava de um apoio político-administrativo mais consistente e amplo. Em correspondência a Borges de Medeiros ele solicitou que fossem enviados a São Borja bons funcionários de justiça, além de sugerir indicações, substituições e demissões de funcionários¹².

Evidenciava-se, portanto, o quanto às relações de poder em São Borja eram próximas à conhecida fidelidade coronelista. Manuel do Nascimento Vargas assumiu a direção da política local até findar o quadriênio do respectivo vice-intendente, o coronel Antônio Garcia da Rosa¹³. A demora de Borges de Medeiros em atender às reivindicações de Manuel em relação às substituições e demissões deixava o general cada vez mais insatisfeito. Ele se queixava diretamente e por meio de emissários, afirmando que sua chefia era apenas nominal, pois era ele uma “simples figura decorativa, sem ter, nem na intendência, uma autoridade da minha confiança política”¹⁴.

A família Vargas pressionava Borges de Medeiros utilizando-se, em algumas ocasiões, de pessoas próximas ao círculo do poder republicano e que gozavam da absoluta confiança da família. Foi assim com Firmino Paim Filho, amigo pessoal de Getúlio Vargas desde os tempos de estudante em Porto Alegre. A pedido de Getúlio, ele procurou Borges para interceder em favor das demandas dos Vargas. Contudo, a incumbência resultou frustrada, e a justificativa apresentada para tal reforça a tese de que Borges de Medeiros estimulava as divisões na política local para lograr êxito na sua política estadual.

Da correspondência enviada por Paim Filho e destinada a Getúlio, evidencia-se tal situação:

Para o Dr. Borges ser orientação do governo retirar dos chefes locais a indicação aos cargos de justiça, juizes e promotores, a fim de que os nomeados não fiquem na dependência dos mesmos chefes locais. Ainda é seu desejo colocar nesses cargos bacharéis em Direito, pois que, é intenção sua, modificar o sistema de concurso para juiz de comarca bem como o regimento de substituições dos juizes da comarca, que passarão a ser substituído pelos juizes distritais da sede. Foram as razões que determinaram a não nomeação do juiz indicado¹⁵.

⁹ Correspondência/ FGV - CV c 1913.10.08; São Borja 08/ 10/ 1913. Telegrama de Viriato a Getúlio Vargas comunicando sua decisão de renunciar à intendência de São Borja. São Borja.

¹⁰ Correspondência FGV - CV c 1914.01.10. Data 10/01/1914 a 12/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na intendência de São Borja. São Borja

¹¹ Em termos legais, a substituição de Viriato por Manuel não era possível, pois faltavam menos de dois anos para o término do mandato, e a Lei Orgânica do Município, no art. 9º, previa que, quando já decorresse dois anos de um período administrativo, o vice-intendente seria substituído pelos subintendentes, na ordem numérica dos distritos, podendo qualquer deles terminar o período intencional. Dessa forma, teria o vice-intendente de permanecer no cargo durante seis meses, para descompatibilizar a eleição de Manuel em virtude do parentesco com o intendente resignatário. Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8638. São Borja, 14/12/1913.

¹² Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8649; remetentes: Raphael Escobar, João Escobar, Apparicio Mariense; destinatário: Borges de Medeiros, São Borja, 03/05/1914.

¹³ Correspondência FGV/ CV c 1914.01.10. Data 10/01/1914 a 12/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na intendência de São Borja. São Borja.

¹⁴ Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8644, São Borja, 24/03/1914.

¹⁵ Correspondência FGV - CV c 1913.08.08. Data 08/08/1913. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas explicando a não nomeação de seu recomendado para juiz e recomendando sua ida a São Borja. Porto Alegre.

Desde o episódio de 1913, protagonizado por Benjamin Torres e Viriato Vargas, a preocupação central passou a ser com aqueles que ocupavam os cargos ou funções na polícia, no Judiciário e em postos estratégicos da administração. Da perspectiva dos Vargas, os traidores do PRR estavam ganhando espaço no município justamente por ocupar esses postos. Alguns indicativos desse crescimento seriam: a divulgação da notícia (ou boato) sobre uma provável substituição do coronel Garcia da Rosa por uma pessoa de fora, indicada pela facção de Raphael Escobar; o delegado de polícia era um oficial da Brigada e estranho à chefia local; o juiz distrital estaria se aproximando das forças de oposição aos Vargas, pois participava, ao lado da facção rival, de “almoços, banquetes, passeios e fazendões contínuas visitas”¹⁶.

Um dos pontos mais atacados pelos Vargas nesse momento foi a questão da suposta parcialidade do Poder Judiciário em São Borja. Em diversas ocasiões foram denunciadas situações que revelavam a dita parcialidade, quase sempre relacionadas à proximidade que o juiz da comarca parecia ter com os inimigos dos Vargas. Nesse sentido, o próprio juiz da comarca, Silveira Carvalho, remeteu um documento a Borges de Medeiros defendendo-se das acusações de que ele era simpático aos Escobar e a Aparício. O juiz procurou esclarecer a origem de tais denúncias, acreditando estar sendo vítima das querelas locais. Para ele a situação em São Borja era de que “qualquer ato de Justiça, hoje, envolve uma hostilidade ao grupo A ou ao grupo B”. Na mesma correspondência procurou elucidar que: (1) o seu relacionamento com Raphael Escobar era superficial, que apenas fora à Estação recebê-lo quando de sua chegada; (2) que com Apparicio Mariense tivera contato apenas durante um júri, onde aquele servira como jurado; (3) do Dr. Benjamin Torres e João Escobar recebera uma única visita; (4) com o Dr. Rego Lins estivera uma ou outra vez. Contudo, “noto que fui recebido em uma atmosfera de desconfiança por parte de ambos grupos”¹⁷.

As práticas de violência e a ação dos *capangas*

O assassinato do médico Benjamin Torres, em 12 de março de 1915, foi o ápice do clima político de violência e de cisão na política local. Estiveram envolvidos no crime integrantes da família Vargas, especialmente Viriato. As investigações policiais e o próprio processo judicial apontavam nessa direção. Desde que Benjamin denunciara os crimes de do filho mais velho de Manuel Vargas, em 1913, a sociedade

local estava preparada para tal desfecho. Nos meses que se estenderam de meados de 1913 até março de 1915, ocorreram emboscadas, todas frustradas, tentativas de assassinato, intimidações à família de Benjamin Torres, entre outros indícios que apontavam para a preparação do crime. Após o início do processo criminal e arroladas as principais testemunhas de acusação, Viriato Vargas refugiou-se na vizinha Santo Tomé, ali permanecendo, ao que consta, no período entre 1915 e 1922.

As motivações que resultaram na morte de Benjamin Torres são ainda pouco claras e, provavelmente, de diferentes origens. Além das de ordem propriamente política, alguns autores chegam a especular sobre a possibilidade de que Viriato Vargas tenha se apaixonado pela *bela e atraente* esposa do médico. Portanto, a motivação do crime poderia perfeitamente ser de ordem passional. Independentemente disso, a morte do médico é exemplar da atmosfera de violência que imperava na região, especialmente durante esse período. O famoso *agravo*, na concepção de Carlos Heitor Cony (2004, p. 28), representa com propriedade como as rivalidades pessoais eram transportadas para o cenário da política, e vice-versa, e eram justificativas para as ações de violência.

No caso em questão, os problemas partidários e as notícias de violência política que tiveram nas figuras de Benjamin Torres e Viriato Vargas seu núcleo central revelaram outras práticas políticas típicas de um sistema de privatização dos poderes públicos. Assim, percebe-se que, durante o período em que ele esteve à frente da política local, aumentou sensivelmente o número de capangas por ele contratados com o objetivo de manter a “ordem” em São Borja. O uso do recurso de contratação de profissionais pagos com o objetivo de cumprir ordens e fazer o serviço sujo para os coronéis não foi uma exclusividade de Viriato, tampouco da política de São Borja.

Entretanto, na situação em tela essa prática tomou proporções quase institucionais, visto que em algumas ocasiões não se sabia a quem obedecer: se ao policial ou ao capanga. Os Vargas organizaram em torno da família uma rede de profissionais pagos e que se tornaram quase folclóricos na memória local. Para se ter uma idéia desse quadro, pode-se ilustrar com os seguintes personagens: o homem de confiança da família era Falkemback, um mestiço com índio, de pai alemão e mãe guarani missioneira; outros especialistas que compunham o grupo eram Cadurí Leal, João Anselmo e os irmãos Mazuca. Como se pode verificar, ele tinha em torno de si uma milícia especializada no uso da força e da violência para, a qualquer ordem sua, estar pronta para executar suas determinações contra inimigos e desafetos (Araújo, 1985, p. 37).

¹⁶ Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8640, São Borja, 01/01/1914.

¹⁷ Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8650, São Borja, 18/05/1914.

Por outro lado, para fazer frente às conhecidas e graves ameaças feitas por Viriato contra Benjamin Torres, este passou também a ser escoltado por um grupo de “companheiros e amigos”. Além desses, no contexto de acirramento das relações com os Vargas, o médico obtivera uma autorização judicial para que um soldado da brigada o acompanhasse garantindo-lhe a vida. Do ponto de vista dos Vargas, o uso irregular de capangas era uma prática do grupo oponente, tanto que, em correspondência a Borges de Medeiros, Manuel Vargas relatou que, no dia 24 de outubro de 1914, a pretexto de uma manifestação de apoio a Raphael Escobar, os manifestantes fizeram-se acompanhar de um grupo de cafajestes, contrabandistas e carregadores, que percorreram as ruas de revólver em punho, dando tiros e gritos subversivos¹⁸.

A presença desse tipo particular de profissional, os capangas, tinha como principal função a de realizar o “serviço sujo” para os coronéis. Rubens Vidal Araújo localizou uma situação reveladora de como os melhores “homens” nessa função ganhavam notoriedade e como as relações entre os coronéis baseavam-se na troca de favores nesse âmbito. O autor relata um caso em especial, referindo-se a um favor prestado por Firmino Paim, sabedor dos problemas em que os Vargas estavam envolvidos:

Para facilitar ainda mais as suas atribuições, Firmino Paim, colega de Getúlio nos tempos de estudante em Porto Alegre, e da redação do jornal político O Debate, que se converteu em chefe político de Vacaria, Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula, remeteu para São Borja um dos seus melhores capangas, o Pedro Burro que possuía uma belíssima folha de serviços prestados a arte de eliminar inimigos (Araújo, 1985, p. 36-37).

A menção ao envio do capanga Pedro Burro, muito provavelmente, está relacionada diretamente ao assassinato de morte de Benjamin Torres. Os assassinos foram identificados como os capangas João Gago e João do Burro. Este segundo, provavelmente o mesmo mencionado na citação acima com a alcunha de *Pedro Burro*, acabou sendo morto logo após o crime, coincidentemente, na fazenda de Viriato Vargas, durante a perseguição policial. As articulações que resultaram na morte de Benjamin vinham sendo planejadas com o auxílio dos coronéis aliados, como foi o caso de Firmino Paim. Em carta ao “amigo e companheiro” Getúlio Vargas, e tratando da situação de São Borja, Firmino avaliou as repercussões de tal situação, especialmente “nas quais está envolvido o nosso caro Viriato, acontecimentos

esses que poderão acarretar graves conseqüências. Julgo conveniente a tua vinda até cá assim que possas fazer, pois muito eu teria a dizer-te ao papel fosse dado a confiar certas minudências que só de viva voz se pode transmitir”¹⁹.

A expressão “confiar certas minudências” permite que se analisem as entrelinhas da documentação pessoal, como é o caso das correspondências estudadas neste trabalho. O que somente poderia ser dito de “viva voz”, refere-se, com certeza, aos arranjos e detalhes para a eliminação do problema relacionado ao desafeto daquele momento, no caso, Benjamin Torres.

O problema do uso recorrente de capangas estava também relacionado à própria estrutura político-administrativa das forças policiais no período em questão. As instâncias a que se subordinavam os profissionais da polícia e da brigada militar revelavam sua falta de autonomia frente às pressões políticas municipais e estaduais. Nesse contexto, o uso de capangas não eliminava a necessidade de que os políticos locais agissem dentro de uma certa ordem legal. Portanto, era imperativo que as ações ocorressem dentro da legalidade, e controlar as forças policiais tornava-se fundamental. No contexto em questão, o assassinato de Benjamin Torres, o próprio general Vargas chamava a atenção da autoridade estadual sobre a atuação da polícia militar, que, segundo ele, era abertamente favorável a Benjamin e Raphael Escobar. Nesse sentido, e solicitava, com urgência, que fosse nomeado um delegado de polícia “de minha inteira confiança, para manter a ordem e acabar com o regimento de capangas restabelecidos agora [...]”²⁰.

As tentativas de acordo de pacificação

O desfecho do episódio ocorreu em 12 de março de 1915, na Farmácia Samborjense, quando foi assassinado Benjamin Torres. Passados alguns meses do episódio, Raphael Escobar propôs, por intermédio de Protásio Alves, um interlocutor da sua facção junto a Borges de Medeiros, um acordo de pacificação política em São Borja. Ele propunha a reorganização da Comissão Executiva do Partido Republicano em São Borja e que Apparicio Mariense fosse indicado para o cargo de vice-intendente. As bases do acordo seriam: nenhum membro das famílias Vargas e Escobar ficaria em função diretora; eleger-se-ia como intendente Érico R. da Luz, que nomearia como vice-intendente Apparicio Mariense da Silva, fazendo-se o Conselho eleger de acordo com a lei eleitoral municipal; o partido seria dirigido por Comissão

¹⁸ Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8656, São Borja, 27/10/1914.

¹⁹ Correspondência FGV - Classificação: CV c 1913.08.08. 08/08/1913. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas.

²⁰ Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8656, São Borja, 27/10/1914.

Executiva formada pelas duas facções, com o número de membros proporcional à força eleitoral demonstrada no pleito para a formação do Conselho²¹.

O acordo proposto não foi aceito pela facção liderada pelos Vargas, os quais, após os abalos do período entre 1913 e 1915, recuperaram o fôlego e o controle no comando da política de São Borja. Mais ainda, ampliaram sua influência em termos regionais, especialmente quando, em 1917, Getúlio Vargas foi eleito para a Assembléia dos Representantes e reeleito novamente em 1921. Na perspectiva estadual e nacional, a eleição de Getúlio anunciava uma trajetória que se revelaria irreversível. Assim, já em 1917, as disputas entre as duas facções republicanas haviam se amenizado sensivelmente²². Contudo, houve casos e denúncias de que a utilização de práticas baseadas na violência política manteve-se como uma das permanências da estrutura política regional. Concluindo, a cultura política submersa nos compromissos coronelistas e eleitorais não evitou o surgimento de rivalidades entre correligionários em outros momentos além do estudado neste artigo. Segundo Love, “a violência associada ao coronelismo não estava ausente no feudo de Vargas. Os opositores políticos locais acusavam um dos irmãos de

Getúlio, Viriato, de dois assassinatos e 76 cidadãos de São Borja escreveram a Borges em 1919, queixando-se da violência praticada pelo clã dos Vargas” (Love, 1975, p. 234).

Referências

- AXT, G. 2005. Apontamentos sobre o sistema castilhisto-borgista de relações de poder. In: G. AXT *et al.*, *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre, Nova Prova, p. 115-132.
- ARAUJO, R.V. 1985. *Os Vargas*. Porto Alegre, Globo, 327 p.
- CONY, C.H. 2004. *Quem matou Vargas. 1954: uma tragédia brasileira*. 3ª ed., São Paulo, Planeta, 228 p.
- FAUSTO, B. 2006. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo, Companhia das Letras, 264 p.
- FÉLIX, L.O. 1996. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed., Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 215 p.
- FERREIRA FILHO, A. 1978. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 286 p.
- LOVE, J.L. 1975. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 282 p.
- PEIXOTO, A.V.A. 2004. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, IEL/Corag.

Submetido em: 13/12/2006

Aceito em: 12/03/2007

²¹ Fundo Documental Borges de Medeiros, n. 8669, São Borja, 12/08/1915.

²² Em meados de 1922 houve uma vaga de deputado à Câmara Federal e Getúlio Vargas foi escolhido pelo PRR para disputar essa eleição. Segundo Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Vargas foi eleito para completar o mandato vago pela morte do deputado gaúcho Rafael Cabeda (Peixoto, 2004, p. 28).